



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**



**DE PANIZZE AO RDA: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA CATALOGAÇÃO
NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

ERALDO ISÍDIO PEREIRA JÚNIOR

**JOÃO PESSOA
2016**

ERALDO ISÍDIO PEREIRA JÚNIOR

**DE PANIZZE AO RDA: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA CATALOGAÇÃO
NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal
da Paraíba como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel.**

**JOÃO PESSOA
2016**

ERALDO ISÍDIO PEREIRA JÚNIOR

DE PANIZZE AO RDA: um estudo sobre a evolução da catalogação nos cursos de biblioteconomia no brasil

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel.

Orientador: Prof^a Dr^a. Edna Gomes Pinheiro

**JOÃO PESSOA
2016**

ERALDO ISÍDIO PEREIRA JÚNIOR

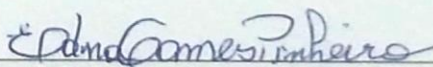
DE PANIZZE A RDA: um estudo sobre a evolução da catalogação nos cursos de biblioteconomia no Brasil.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel.

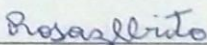
Orientador: Prof^a Dr^a. Edna Gomes Pinheiro

Aprovada em: 09/12/2016

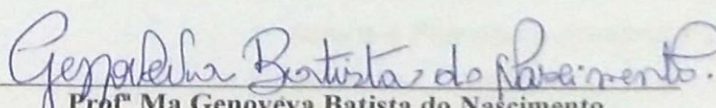
Banca Examinadora:



Prof^a Dr^a Edna Gomes Pinheiro
(Orientadora)



Prof^a Dr^a Rosa Zuleide Lima de Brito
Examinadora – UFPB



Prof^a Ma Genoveva Batista do Nascimento
Examinadora – UFPB

DEDICO

A minha mãe Maria Bezerra, a Maria Izaura e Francisco Alexandre por sere grandes exemplos de pais sobreviventes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente Deus por ter chegado aqui, bem sei que tudo foi operação de sua maravilhosa Graça e de sua soberana vontade. Nada do que fiz poderia ter me colocado aqui e nada do que fiz poderia ter sido tão bom se não tivesse a mão do meu amado Pai. Vi seu favor imerecido em todas as oportunidades e conquistas adquiridas no curso, vi o seu amor em todos os momentos de dificuldade e muito mais nas alegrias. Obrigado pela sua *Zoe* em mim meu Amado Pai.

Agradeço aos meus familiares, meus irmãos que mesmo não dando apoio direto, me motivaram de alguma forma. A minha mãe o meu muito obrigado por doar a vida por mim e oferecer o seu melhor e ao meu cunhado Ruan Dantas. Amo vocês!

Aos professores da Universidade Federal da Paraíba, que conseguiram me incentivar para que eu pudesse concluir o curso.

A equipe da coordenação do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFPB, em especial a coordenadora prof^a. Rosa Zuleide Lima de Brito que conseguiu ter paciência com minha falta de criatividade. A prof^a. Genoveva Batista, vice coordenadora, o secretário Francisco Vicente Júnior, meu muito obrigado pela atenção e presteza ao longo da graduação.

A minha orientadora prof^a Edna Pinheiro Gomes pelo apoio, confiou na possibilidade de concretizar meu sonho.

Aos meus grandes amigos e cúmplices da banda da Igreja Vida Cristã em João Pessoa que estavam sempre nos ensaios rindo, compartilhando experiências boas.

A Sara Alves, sua amizade foi de suma importância para a realização deste trabalho, sou grato a Deus por me confiar uma amiga tão presente.

A Elizama Santos e Erick Macena por fazerem parte de eventos importantes da minha vida vocês são meus confidentes e ombro amigo para todas as horas.

A Fabricio Guedes, obrigado por sempre perguntar como estava indo o curso e como estava o andamento do tcc trazendo um clima de tensão e de dificuldade.

A Carlos Eduardo – *Dadinho*, que sempre esteve junto nas aulas de baixos e nos planos de como fazer o melhor para o futuro profissional, para o chamado e para a vida. A sua amada Sirlayne Gonçalves que sempre se interessou comigo, em saber como eu estava, suas palavras me deram ânimo para continuar a jornada. E por último, mas não menos importante dona Nilde (mãe de Sirlayne) que me acolheu em sua casa para que esse trabalho pudesse ser concluído. Vocês são especiais!

Aos meus amigos que no decorrer do curso foram se tornando importantes para mim. Em especial a Adelaide Helena, Candice Lopes e Thaísa Priscilla que em meio a tantas dificuldades enfrentadas no curso entenderam o valor da união e foram espetaculares em tudo que faziam, nossos “jeitinhos” nos trouxeram até aqui e isso nos fez mais fortes para nas múltiplas situações acadêmicas, e do nosso cotidiano, sou grato a Deus por ter conhecido vocês.

A Alex Lima e Estefani Alves, vocês são exemplos de perseverança, fé e companheirismo. Vocês me mostraram que o amor transcende as barreiras das opiniões, dos fatos e das pessoas e isso é particular de um relacionamento firmado na confiança e que de modo intrínseco são motivadores de vivencia desse sentimento que permeia o amago do ser humano. Vocês são maravilhosos.

A Luiza Silva, você ficará eternizada em mim, que diante de um curto período de amizade se tornou tão especial, mesmo com sua *brabeza* me deu inúmeros momentos de alegrias nas madrugadas via *whatsapp*, mesmo sabendo que você não valoriza meu curso como sempre desejei, eu te admiro por tudo o que és. Você criou laços de amizade com valores inestimáveis. Amo você!

A toda equipe do Senai-CEP/ORC, em especial a bibliotecária Márcia Teodózio e Gilglauber Simões, por terem me dado a oportunidade de aprender tanto sobre a realidade da profissão. Trabalhar com vocês foi de grande valia e sinto saudades sempre!

A equipe da biblioteca central do Centro universitário de João Pessoa – UNIPÊ, Ana Henriques, Ádira Fernandes, Raquel Abath, Ana Raquel, Ananda Silva, Gel Toscano, Maria do Socorro, Ademilson de Sá, aos estagiários Erikson Andrade, Marcos Júnior e Aline Santos. Foi um tempo maravilhoso e de grande aprendizado, passei a amar e desejar mais a profissão a partir desse contato com todos vocês, todos me ajudaram a ser melhor como pessoa e profissional.

O conceito de Obra evoluiu desde Panizzi, deixando de ser uma entidade secundária na visão dos primeiros catálogos, que eram mais voltados à função de inventário, e passaram a assumir um papel importante nos catálogos modernos, após a constatação de que o usuário de um sistema de recuperação de informação está mais interessado, normalmente, no conteúdo que em um suporte ou manifestação específica.

(Smiraglia, 2003),

RESUMO

Enfatiza que a catalogação existe desde a antiguidade, assim sendo é uma atividade indispensável para as unidades de informação. Este processo auxilia o usuário na recuperação do seu objeto de desejo para saciar sua lacuna informacional, seja por meio de fichas catalográficas, ou por sistemas automatizados. Afirma que é imprescindível a padronização da catalogação, por meio de regras e instrumentos arquetipos, que são conhecidos como códigos, que foram construídos de forma que, aceitos internacionalmente, auxiliam e orientam o trabalho da catalogação. Mostra a preocupação em conhecer como os Cursos de Graduação em Biblioteconomia no Brasil estão tratando essa questão, haja vista que a diversidade de recursos informacionais e de suportes disponíveis na organização e tratamento da informação têm levado a refletir sobre a necessidade de revisar métodos de ensino e instrumentos utilizados pelos cursos, responsáveis pela formação do profissional bibliotecário. Tem como objetivo geral: *mapear as ementas da disciplina Representação Descritiva da Informação, dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil, no intuito de revelar a articulação da catalogação aos novos formatos bibliográficos (MARC, RDA, FRBR, Dublin Core)*. Se caracteriza como uma pesquisa virtual realizada nos sites de universidades brasileiras, especificamente, nos sites dos Cursos de bacharelado em biblioteconomia. Constata a ausência de uma terminologia única em relação a disciplina em questão. E, ainda, que os Cursos de Biblioteconomia no Brasil, ainda estão se adequando as mudanças advindas da tecnologia da informação que estão consolidando a catalogação cooperativa.

Palavras-Chave: Representação descritiva da informação. Ensino de Biblioteconomia.

ABSTRACT

Emphasizes that cataloging exists from an antiquity, and is therefore an indispensable activity for information units. In which its object of desire is for its informational gap, by means of cataloging cards, or by automated systems. It affirms that it is essential to standardize the cataloging, through rules and architectural instruments, which are known as codes, which have been constructed in a way that, internationally accepted, helps and guides the work of cataloging. It shows a concern in knowing how Undergraduate Courses in Librarianship in Brazil are dealing with this issue, since a diversity of informative resources and supports available in the organization and treatment of information has led to reflect on a need to review teaching methods and Instruments Used by teachers, who are responsible for the training of the professional librarian. It has as general objective: to map as menus of the discipline Descriptive Representation of Information, of the Courses of Librarianship in Brazil, no intention to reveal a articulation of the new cataloging of new formats bibliograficos (MARC, RDA, FRBR, Dublin Core). And as the specific objectives: to rescue the main cataloging codes of the present time; Identify the importance of the Anglo-American Cataloging Standard - AACR; Know the formats used for the treatment of information in electronic / digital form. It is characterized as a virtual survey conducted on the websites of Brazilian universities, specifically, on the sites of the Bachelor's degree in librarianship. It presents as a problem the subsequent issue: What is the real situation of the teaching of descriptive representation of the information in the courses of Librarianship of Brazil, before the technical requirements? It notes that there is no single terminology for the discipline in question. And, still, that the Curse of Librarianship in Brazil, are still adequate for the changes coming from information technology and consolidate a cooperative cataloging.

Keywords: Descriptive representation of information. Teaching of Librarianship

LISTA DE SIGLAS

- AACR** - Anglo American Cataloguing Rules
- AACR2**- Anglo American Cataloguing Rules, second edition
- AACR2R** - Anglo American Cataloguing Rules, 2 nd edition, rev. 2002
- ALA** - American Library Association
- CALCO** - Catalogação Legível por Computador
- DC** - Dublin Core
- FRBR** - Functional Requirements for Bibliographic Record
- IFLA** - International Federation Of Library Associations and Institutions
- IME ICC** - International Meetings of Experts for and International
- ISBD** - International Standard Bibliographic Description
- ISBD(A)** - International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)
- ISBD(CF)** - International Standard Bibliographic Description for Computer Files **ISBD(CM)** - International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials
- ISBD(CR)** - International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources
- ISBD(ER)** - International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources
- ISBD(G)** - General International Standard Bibliographic Description
- ISBD(M)**- International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications
- ISBD(NBM)** - International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials
- ISBD(PM)** - International Standard Bibliographic Description for Printed Music **ISBD(S)** - International Standard Bibliographic Description for Serials
- JSC** - Joint Steering Committee
- LC** - Library of Congress
- MARC** - Machine Readable Cataloging
- OCLC** - Online Computer Library Center
- OPACS** - Online Public Access Catalogues
- RDA** - Resource Description and Access
- RIEC** - Reunião Internacional de Especialistas de Catalogação
- TIC** – Tecnologia da informação e comunicação
- UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PANORAMA HISTÓRICO DA CATALOGAÇÃO.....	15
2.1 Catalogação no mundo.....	15
2.2 ALA rules e a Conferência de Paris.....	17
3 CATALOGAÇÃO: ENTRE FUNÇÕES E OBJETIVOS.....	20
4 TEÓRICOS DO CENÁRIO DA CATALOGAÇÃO.....	22
5 AACR, RIEC EM CENA.....	25
6 UM DIALÓGO ENTRE ISBD, FRBR, MARC, RDA e DUBLIN CORE.....	27
7 CARTOGRAFIA DA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NO BRASIL.....	37
8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
8.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	38
8.2 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	38
8.3 PROCEDIMENTO DA COLETA DOS DADOS.....	38
9 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

As justificativas para a escolha do tema desse trabalho de conclusão de curso se amplia na vivência da Disciplina Representação Descritiva da Informação, realizada no curso de Biblioteconomia da UFPB, da qual fui monitor. Essa experiência fortaleceu o desejo de aprofundar nossos conhecimentos na área da representação descritiva da informação. Outro fato, foi a constatação da incipiência de pesquisa sobre esse assunto, além, da dificuldade dos alunos e dos bibliotecários em articular a representação descritiva com a tecnologia.

Esses fatos, além de pontos norteadores para a escolha do tema de pesquisa, serviram como fonte de inspiração para revelarmos como os cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, apresentam a questão da representação descritiva aos alunos. Assim, nessa investigação, buscamos informações precisas e necessárias para contemplar os objetivos estabelecidos.

Vale ressaltar que as atividades biblioteconômicas sofreram transformações decorrentes das tecnologias da informação e comunicação e uma das áreas mais afetada foi a catalogação, ou seja a representação descritiva, haja vista vivemos em uma sociedade automatizada, nascemos com a tecnologia a nosso redor e com o passar dos anos temos que nos adaptar a elas para não sermos “excluídos”. Toda espécie de tecnologia serve para facilitar a vida das pessoas e otimizar tempo, seja no trabalho, seja na academia buscando conhecimento. Com base nisso todas as coisas ao nosso redor foram projetadas com a ideia de nos trazer uma certa evolução.

Dentre as tecnologias que mais crescem são as que envolvem computadores, softwares e hardwares elas ganham espaço na sociedade e no dia-a-dia das pessoas tornando-as cada vez mais dependentes por sua praticidade no momento em que a rapidez na busca e recuperação das informações desejadas e precisas são imprescindíveis para diversos profissionais e serviços.

Diante do surgimento da Internet, nos anos 80, e das tecnologias de informação e comunicação as atividades biblioteconômicas tiveram profundas mudanças, transformando os serviços e métodos convencionais analógicos para em eletrônicos/digitais. Neste contexto, as bibliotecas mudaram a sua forma de tratar a informação, ocorreu um crescimento na produção de documentos em vários formatos. Surgiram então novos meios de tratamento dos suportes informacionais mesmo havendo a manutenção do tradicional impresso.

O uso de tecnologias requer “a necessidade de atualização constante junto ao mercado e as evoluções tecnológicas (PEREIRA; SANTOS, 1998, v. 7, n. ½, p. 122), permitindo também:

- o rápido acesso à informação: proporcionado a economia de tempo e espaço;
- a mutação crescente das terminologias;
- contenção de custos
- normalização das informações em padrões internacionais

Para Vasconcelos (2016, 11 p.) as novas tecnologias transformaram as relações do homem com a informação, e de ambos com os sistemas de informação. Com o advento da sociedade da informação e o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação tornou-se necessário a formação de profissionais bibliotecários capazes de dominar os recursos tecnológicos disponíveis utilizados na área.

Diante desse cenário, a Biblioteconomia brasileira, abraçou reformas curriculares em seus projetos pedagógicos para capacitar os alunos às novas demandas, destacando-se segundo Oliveira, Carvalho e Souza (2009): o Currículo mínimo de 1962, o Currículo mínimo de 1982 e as Diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia (2001?)

Posto isso, surge no campo da Biblioteconomia, surge a necessidade de padronizar o processo de catalogação. Assim, sabedores de que a catalogação existe desde a antiguidade, percebemos que é uma atividade indispensável para as unidades de informação. Este processo auxilia o usuário na recuperação do seu objeto de desejo para saciar sua lacuna informacional, seja por meio de fichas catalográficas, ou por sistemas automatizados. Estamos diante, portanto, da imprescindibilidade da padronização da catalogação, por meio de regras e instrumentos arquetípicos, que são conhecidos como códigos, que foram construídos de forma que, aceitos internacionalmente, auxiliam e orientam o trabalho da catalogação.

Para Aparecida Neto (2009) é importante destacar que o processo de representação descritiva passa por uma renovação em seus conceitos e práticas, afetadas pelas tecnologias da informação e comunicação, emergindo uma nova dimensão das suas bases instrumentais.

A catalogação vem sofrendo alterações no decorrer dos anos, regras e códigos vem sendo alterados. A principal e atual mudança está em um conjunto de regras elaborado para substituir o Anglo-American Cataloguing Rules - AACR2 (código usado atualmente em diversas bibliotecas pelo mundo), chamado de Resource Description and Access (RDA). Diante das mudanças impostas pelo desenvolvimento acelerado das tecnologias da

informação e comunicação, a representação descritiva através do processamento técnico se vê encurralada ao desafio de tratar e organizar as informações em diferentes suportes, não somente o impresso, mas também o eletrônico/digital. Neste cenário, as regras existentes para descrição dos recursos de informação não estão atendendo as necessidades de tratamento, organização e recuperação da informação.

A partir, desse ponto surgiu o conceito de Controle Bibliográfico Universal pressupõe um domínio completo sobre os materiais que registram o conhecimento, objetivando sua identificação, localização e obtenção (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997).

Tudo isso, deve-se ao fato de vivermos em uma sociedade automatizada, nascemos com a tecnologia a nosso redor e com o passar dos anos temos que nos adaptar a elas para não sermos “excluídos”. Toda espécie de tecnologia serve para facilitar a vida das pessoas e otimizar tempo, seja no trabalho, seja na academia, seja no seu lazer.

Tendo em vista a importância da atualização dos currículos, os cursos de Biblioteconomia precisam estar atentos as inovações constantes, a fim de cumprir com sua missão: formar profissionais competentes e habilidosos para organizar, tratar, disseminar e recuperar a informação, independente do seu suporte.

Neste contexto, a pesquisa delinea como objetivo geral: mapear as ementas da disciplina *representação descritiva da informação, apresentada na sua composição curricular dos Cursos de Biblioteconomia* ofertado nas instituições públicas no Brasil e verificar quais as adaptações estão sendo feitas para que para o ensino dos modelos conceituais e modelos de registro bibliográficos. E, como objetivos específicos:

- elencar os principais códigos de catalogação da atualidade;
- identificar a importância da Anglo-American Cataloguing Rule - AACR;
- conhecer os formatos existentes utilizados para o tratamento da informação de forma eletrônica/digital.

Isso posto, delineamos esse trabalho da seguinte forma: **Introdução**, apresentação dos aspectos gerais da pesquisa; **fundamentação teórica**, embasando o estudo e articulando as ideias dos autores; **Metodologia**, particularidades da pesquisa envolvendo, campo, sujeitos e instrumentos utilizados; **Análise e interpretação dos dados**, mostrando os resultados da pesquisa. **Considerações Finais**, evidenciando as conclusões do estudo; e por último, as **Referências**.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA CATALOGAÇÃO

Muito já tem sido escrito sobre catalogação, todavia, ainda, tem muito a ser dito sobre ela. Sabemos que os primeiros escritos sobre catalogação surgiram na Biblioteca de Assurbanípal, em Assíria datando entre 668-626a.C. Nos dias de hoje o Museu Britânico de Londres conserva alguns fragmentos de índices desta biblioteca, com escritas rudimentares. Outra manifestação digna de registro foi em Alexandria (260-240a.C.), onde Calímaco realizou, na Biblioteca de Alexandria, a primeira iniciativa para a organização de um catálogo metódico (BARBOSA, 1978).

Em meados do século XV com a descoberta da imprensa por Gutenberg, os catálogos das bibliotecas deixaram de ser apenas índices bibliográficos para se tornarem instrumentos de relevância para as consultas e pesquisas dos usuários.

2.1 Catalogação no mundo

Da antiguidade ao século XX

Encontramos Catálogos em forma primitiva, com entradas breves, arranjados segundo a ordem dos livros nas estantes, com objetivo principal de inventário do acervo. Há registros curiosos, como: catálogo métrico, catálogo em forma de oração e catálogo pelos nomes dos doadores. Posteriormente, no **século XIII**, os catálogos por ordem de autor passam a ser usados. Surge o 1º projeto de catalogação cooperativa - um catálogo coletivo das bibliotecas dos mosteiros ingleses. A partir do **século XIV** surgem registros da localização dos livros nas estantes e de obras encadernadas junto com outras. O **século XVI** na história da catalogação ficou evidenciado pelo uso da ordem alfabética e pela aparição de três (03) trabalhos notáveis: o de Conrad Gesner (catálogo básico de livros na ordem de arrumação); de Florian e de Treffler (1º manual de biblioteconomia) e o de Andrew Maunsell (entrada pelo sobrenome - o Concílio de Trento, no séc. XVI, estabeleceu o uso de sobrenome no Ocidente- tratamento de obras anônimas e de obras traduzidas. **Século XVIII**, a entrada pelo sobrenome passa a ser usual e surgem o uso da imprensa, a remissiva e a analítica. Na França surge o uso da ficha no catálogo e o primeiro código nacional de catalogação.

Nessa linha do tempo o **século XIX** ficou chamado de século de ouro da catalogação. Aparecem trabalhos de bibliotecários notáveis. As grandes instituições bibliotecárias (bibliotecas e associações) passam a ter influência no mundo da catalogação. Destaque para: Anthony Panizzi (1841) com suas 91 regras, provocando tantos debates que o movimento

ficou conhecido como “Batalha das regras”. Charles C. Jewett (1852) responsável pelas primeiras regras americanas de catalogação e da idéia de catalogação cooperativa, que seria coordenada pela Smithsonian Institution, ocasionou o surgimento do catálogo coletivo. Charles Amin Cutter (1876) “Rules for a dictionary catalog” 369 regras. Foi quem primeiro enfatizou a conveniência do catálogo para o público. Neste século, em 1886, surgem as primeiras regras de catalogação da American Library Association (ALA). Em 1887, Giuseppe Fumagalli procura dar feição internacional às regras de catalogação.

Nessa trajetória surge o **século XX** trazendo em seu bojo, acontecimentos que merecem destaque:

Quadro 1 – Fatos relevantes

FATOS RELEVANTES
<ul style="list-style-type: none"> • A library of Congress (LC) inicia a impressão e a distribuição de fichas de catalogação e assume a liderança nos EUA. • A American Library Association (ALA e a Library of Congress (LC) publicam o primeiro código conjunto “ALA RULES CATALOG”- uniformidade nos países de língua inglesa • Foi publicado o primeiro código oficial das bibliotecas italianas. • Aparecem as primeiras regras russas de catalogação. • Surge o código das Biblioteca Apostólica Vaticana, trabalho em colaboração entre bibliotecários italianos e norte-americanos, com difusão em muitos outros países, inclusive o Brasil. • Surge a 2a. edição do código da ALA, chamada “preliminar”. Críticas. • Aparece a 2a. edição definitiva do código da ALA. em duas partes (ponto de acesso e descrição). • A ideia de um código internacional de catalogação, defendida por Fumagalli em 1887 volta a ser defendida por Ranganathan, recebendo apoio da IFLA) que cria um grupo de trabalho para estudar os princípios de catalogação. • Realizada a CIPC, em Paris, com a participação de inúmeros países, onde foram firmados acordos internacionais de catalogação. • Surge o AACR 1 (Anglo-Americano Cataloging Rules. 1.ed.) em duas versões (inglesa e norte-americana) <ul style="list-style-type: none"> • Acontece a Reunião Internacional de Especialistas em catalogação-RIEC, que cuidou de determinar padrões para a descrição-projeto da ISBD (International Standart Bibliographic Description). • Surge a publicada a edição definitiva do AACR2, posteriormente com suas emendas

Fonte: Elaboração própria, 2016.

O quadro vem apresentando alguns eventos que ocorreram no decorrer do tempo com a história da catalogação e a sequência apresentado aqui são alguns dos fatos mais relevantes.

2.2 ALA Rules e a Conferência de PARIS

Surgiu em um trabalho apresentado numa conferência anual da ALA chamado *Condensed rules for an author and title catalog* publicado na revista *Library Journal* em 1883 e incluído na terceira edição do código de Cutter em 1891. Quando a LC começou a imprimir fichas catalográficas para venda em 1901, a ALA nomeou uma comissão encarregada de estudar as regras adotadas pela LC, que por sugestão de Melvil Dewey em colaboração com a Library Association (LA) da Inglaterra, compilaram-se algumas regras usadas pela LC, incorporando-as ao Código da ALA (1908).

O Código da ALA foi aceito amplamente e tido como trabalho sério pelo envolvimento da ALA e LC e ao fato dos nomes envolvidos em sua elaboração. Como ele foi publicado coincidentemente com a 2.edição das Instruções Prussianas (1908), foram os códigos mais usados na América e Europa respectivamente. Neste mesmo período, o Código da Vaticana foi elaborado, baseado no Código da ALA de 1908, tendo ampla aceitação após sua tradução para vários idiomas da América Latina.

A sua primeira edição foi muito criticada pelo excesso de detalhes principalmente na parte descritiva e não foram encontradas soluções para os problemas dos catalogadores. A ALA reconhecendo as críticas organizou uma comissão de revisão do código de catalogação, liderados por Charles Martel, bibliotecário da LC, visando uma segunda edição do código. Mas a segunda guerra interrompeu a colaboração da associação inglesa e a comissão passou a receber ordens da ALA para os trabalhos de revisão.

Em 1941 a segunda edição preliminar do código foi publicada dividida entre as entradas e cabeçalhos e descrição do livro. Porém, os catalogadores ainda buscavam a simplificação e objetivação da catalogação. Novas críticas apareceram, dando destaques às observações do bibliotecário Andrew Osborn, enfatizando dois pontos: “o abandono de princípios que as fundamentassem e o afastamento do principal objetivo da catalogação: atender às necessidades dos usuários através dos catálogos”. (BARBOSA, 1978.p.36).

Então publicaram a segunda edição em 1949 em duas partes: o *red book* chamado assim pela coloração da capa era referente as entradas e cabeçalhos e o *green book* também reconhecido pela cor da capa era referente as regras de descrição. Este referente a catalogação descritiva apresentou grandes inovações e foi um sucesso, então os bibliotecários trouxeram

críticas sobre o volume de entradas e cabeçalhos que não trouxe grandes mudanças era praticamente as mesmas regras.

A LC pela importância do trabalho realizado em sua Central, viu essas críticas como de interesse nacional. Luther Evans, diretor geral da LC, convidou Seymour Lubetzky que verificou que essa análise merecia uma notada e profunda atenção, apresentando então um relatório à Comissão de Revisão do código de catalogação, que foi julgado pela LC e por consultores especializados em Biblioteconomia, bem como por catalogadores especializados de renomada experiência, resultando assim na obra: “Cataloging rules and principles: a critique of ALA rules for entry and a proposed design for their revision”, publicado em 1953. Tida como uma obra de grande importância também pela ALA, foi indicado para servir de base para a revisão da 2.edição do Código da ALA.

A **Conferência de Paris** ocorreu em 1954 em conjunto com Conselho Geral da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB), compôs um grupo com oito catalogadores que tinham as seguintes atribuições: colocar os princípios da catalogação de forma internacionalmente aceita; escrever um relatório o qual deveria ser seguido para princípios a serem observados nas entradas de obras anônimas e de autoria coletiva.

No relatório elaborado pelo grupo observou-se um crescente apoio no uso de cabeçalhos mais específicos, evitando os cabeçalhos geográficos e os cabeçalhos formais ou convencionais.

Em 1961, foi realizada a Conferência de Paris, reunindo representantes de cerca de 50 países e a discussão foi seguida conforme o trabalho de Lubetzky. A realização da Conferência foi muito oportuna, pois “associações nacionais de bibliotecários de vários países foram incentivadas a formar comissões nacionais de catalogação, a estudar os documentos distribuídos com antecedência para críticas e sugestões, e a designar delegados com direito a voto”. (BARBOSA, 1978, p. 41).

A Conferência de Paris foi o primeiro evento no sentido de discutir a normalização internacional para a catalogação. Neste evento foi aprovada a “Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação”, conhecida como “Princípios de Paris”. Tinha como propósito servir como base para uma normalização internacional na catalogação.

Os Princípios de Paris partem do pressuposto que: eles próprios formam uma base para a revisão dos códigos de catalogação existentes; reconciliam práticas de catalogação nacionais diferentes e dizem respeito somente à entradas e formas de cabeçalhos. Não cobrem a descrição física da obra nem a catalogação por assunto (classificação e definição dos cabeçalhos de assunto). Também foram firmados novos preceitos sobre o tratamento dos

problemas de entrada de autores (pessoa e entidade) e de títulos, com a finalidade de simplificar e padronizar as mesmas, assegurando maior uniformidade nos catálogos e nas bibliografias nacionais, favorecendo assim através da cooperação, em nível nacional e internacional, o controle total e a troca das informações entre bibliotecas. (BARBOSA, 1978; VIEIRA, 1999).

Os tópicos cobertos em 1961 nos Princípios de Paris foram:

- a) Abrangência
- b) Função
- c) Estrutura do Catálogo
- d) Tipos de Entrada
- e) Uso de Múltiplas Entradas
- f) Escolha de Cabeçalho Uniforme
- g) Autor Individual
- h) Entrada para Entidades Coletivas
- i) Autores Múltiplos
- j) Entradas por Título, Cabeçalhos Uniformes, etc.
- k) Entrada para Nomes Individuais

Com a evolução das tecnologias de informação e comunicação e o surgimento dos mais variados suportes informacionais, a IFLA continuou a fazer esforços para elaborar uma nova declaração de princípios aplicáveis a catálogos tradicionais e on-line. O primeiro dos objetivos é servir à conveniência de usuários do catálogo. Tornou-se, ainda, mais desejável um conjunto comum de princípios internacionais de catalogação devido ao uso dos Online Public Access Catalogues (OPACS) em todo o mundo.

Neste contexto, em busca da criação de um novo código internacional de catalogação, a IFLA promoveu vários encontros, num total de cinco, para a discussão de novos princípios para a catalogação. Estes encontros foram denominados de International Meetings of Experts for an International Cataloguing Code (IME ICC), ou seja, Encontro de Especialistas para um Código de Catalogação Internacional.

3 CATALOGAÇÃO: ENTRE FUNÇÕES E OBJETIVOS

A catalogação por ser uma operação técnica tem como função descrever um documento, recurso ou objeto tem como função preparar catálogos adequados e necessários ao usuário e à coleção, preparar bibliografias, catalogação-na-fonte, alimentação de bases de dados bibliográficos, formatos de intercâmbio automatizados de informações bibliográficas, dentre outras. Nesse contexto contamos com os seguintes tipos de catalogação:

- a) Catalogação-na-fonte - que cataloga os documentos no ato da impressão, vindo a ficha impressa na própria obra;
- b) Catalogação cooperativa - quando diversas bibliotecas, coordenadas por uma delas, partilham entre si a catalogação dos seus acervos, a fim de evitar duplicação. Neste tipo se insere também a catalogação compartilhada (shared cataloging) desenvolvida entre a Library of Congress, a National Library of Medicine e a National Library of Agriculture);
- c) Catalogação centralizada - quando, num sistema de bibliotecas, uma se encarrega de catalogar para todas as Bibliotecas. Componentes do sistema.

Ressaltamos que no Brasil as regras gerais de catalogação e redação de fichas catalográficas foram apresentadas, em 1941 pela Associação Paulista de Bibliotecários (APB) e, aprovadas pelo Conselho Bibliotecário do Estado de São Paulo. Naquele ano, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) nomeou uma Comissão composta por pessoas do próprio DASP, do Instituto Nacional do Livro (INL) e da Biblioteca Nacional (BN), para a elaboração das Normas para organização de um catálogo dicionário de livros e periódicos (Projeto de um Código de Catalogação), publicado em 1943. Estes trabalhos não foram adotados em nenhuma biblioteca pelo fato de que parte dos bibliotecários estavam acostumados a usar o Código da Vaticana que teve a tradução de sua segunda edição em 1962, e o Código da ALA.

Dentre outras funções, a catalogação permite ao usuário: localizar um item específico; escolher entre as várias manifestações de um item específico; escolher entre os vários itens semelhantes, sobre os quais, inclusive, possa não ter conhecimento prévio algum; expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna, isto é, “dialogar” com o catálogo.

Para cumprir essas funções, a Catalogação deve apresentar as seguintes características:

- Integridade - transmitir com fidelidade as informações;
- Clareza - deve ser compreensível e adequada ao usuário;
- Precisão - não deve suscitar dúvidas sobre cada item representado;
- Lógica - obediência a uma ordem lógica com a aplicação do mesmo critério à situações diferentes, para facilitar a compreensão;
- Consistência - itens semelhantes devem ser representados de forma semelhantes, isto é, fazer sempre as mesmas escolhas.

4 TEÓRICOS NO CENÁRIO DA CATALOGAÇÃO

Podemos verificar que a maioria das iniciativas dos estudiosos na área da representação descritiva da informação tentavam solucionar problemas de pontos de acesso para a recuperação de documentos

TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO

Quadro 2 – Teóricos da catalogação



Fonte: Google

Anthony Genesio Maria Panizzi - era advogado, envolvido com sociedades secretas e revolucionárias, foi acusado de conspiração contra o governo italiano, fugiu e estabeleceu residência na Suíça e depois na Inglaterra onde se tornou professor de italiano na University College London e depois bibliotecário do museu britânico onde Panizzi comprometeu-se a criar um novo catálogo, este apresentado aos diretores do museu contendo noventa e uma regras.

Então esse foi o primeiro código de catalogação criado, desde então todos os outros códigos seguintes como Jewett e Cutter foram baseados nas 91 regras de catalogos e até os dias de hoje influenciam a forma de trabalhar de todo profissional da informação, foram inicialmente publicadas para a biblioteca do Museu Britânico em 1839 e sua última

publicação é datada de 1936 onde encontramos algumas regras como por exemplo alguns citados por MACHADO (2003, p.47) “a valorização da página de rosto, a introdução do conceito de autoria coletiva e o cabeçalho de entrada de autor, conforme designa a página de rosto, acatando a vontade do autor”.

Segundo Vieira (1999, p.17), Panizzi pensava da seguinte forma quando criou o código:

- a) que o livro procurado por uma pessoa não é o objeto de seu interesse, mas a obra contida nele;
- b) que a obra pode ser encontrada também em outras edições, traduções, ou versões, publicadas sob nomes diferentes de autor e/ou diferentes títulos, alguns ou todos dos quais podem ser de igual ou maior interesse para essa pessoa;
- c) para servir bem ao usuário da biblioteca o catálogo deve ser designado não meramente para dizer-lhe se um determinado livro está ou não na biblioteca, mas também para dizer ao mesmo tempo em que outras edições, traduções ou versões da obra, tanto quanto outras obras genericamente relacionadas, a biblioteca possui.

Charles Coffin Jewett - Baseado nas regras de Panizzi, Jewett publicou um código com 33 regras para o Smithsonian Institution nos Estados Unidos no 1852, onde as obras eram catalogadas pelo nome verdadeiro do autor e não pelo seu pseudônimo independente de sua importância e o quão conhecido fosse. Outro ponto foi o firmamento da ideia de autoria coletiva, onde ele pretendia reunir informações das coleções das bibliotecas americanas e impimi-las, mas não o conseguiu realizar o que posteriormente iríamos chamar de controle bibliográfico.

Charles Ami Cutter - Cutter trabalhou com Jewett na biblioteca com o objetivo de criar um catálogo para o setor de coleções especiais da Biblioteca Pública de Boston, assumiu a direção da Biblioteca do Boston Athenaeum onde decidiu criar um código catalográfico baseado em Jewett e Panizzi com 369 regras chamado - Regras para um Catálogo Dicionário, não estando diretamente fixado em dicionários, mas nas regras para descrição do documento onde possa haver a recuperação da informação pelo autor, título ou assunto. Cutter criou um sistema de classificação e uma tabela representativa de sobrenomes, tabela essa usada pelos bibliotecários mundo a fora até os dias de hoje.

Carl Dziatzko - Em 1899 Carl Dziatzko compilou as regras de catalogação que resultou nas Instruções Prussianas (Instruktionen für die Alphabetischen Kataloge der Preussischen

Bibliotheken). As Instruções Prussianas publicadas no ano de 1899 foram adotadas não só na Alemanha, mas também na Áustria; Hungria; Suécia; Suíça; Dinamarca, Holanda e Noruega. As Instruções Prussianas levaram “em consideração as entradas coletivas e o arquivamento de fichas pela primeira palavra do título que não fosse um artigo”. (BARBOSA, 1978, p.33). Sua segunda edição, em 1908, coincidiu com a publicação do Código da ALA.

A adesão da Alemanha, e de outros países já citados aqui, contribuiu para a consolidação da cooperação internacional em relação à bibliografia e à catalogação. Só em 1936 ele foi reconhecido como código internacional, foi utilizado na compilação do catálogo coletivo prussiano e do catálogo coletivo da Alemanha e passou a adotar conceitos de autoria corporativa e o arquivo mecânico de títulos, que autorizadas pela associação de bibliotecas alemãs, foram publicadas em dezembro de 1967.

5 AACR E RIEC EM CENA

Quando a ALA começou suas atividades para a reelaboração de seu código, deu-se conta de que a LA da Inglaterra, também estava determinada a rever a 2. edição de 1949 do Código da ALA. Firmou-se então, acordo entre ambas as partes para a coordenação dos trabalhos, a fim de se manter um intercâmbio das decisões, regras, projetos e atas das reuniões. A Canadian Library Association também participou ativamente no trabalho de reelaboração.

Com o trabalho e a responsabilidade destas três instituições foi publicado em 1967 o AACR. Infelizmente, as associações inglesas e americanas não chegaram a um acordo total quanto ao código devido à inúmeras divergências, dificultando a aplicação de regras que viesse ao encontro das expectativas sendo, então, elaborado dois códigos em língua inglesa: um publicado nos Estados Unidos e outro na Inglaterra. O AACR foi bastante difundido e adotado em vários lugares do mundo, talvez por ser considerado o mais próximo das resoluções da Conferência de Paris.

Mesmo com o AACR sendo adotado amplamente não havia, ainda, chegado à uma padronização na catalogação, sendo este um dos motivos da **Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação – RIEC**, em 1969, na cidade de Copenhague, que tinha os seguintes objetivos:

- a) Conciliar em um texto único os textos norte-americano e britânico de 1967;
- b) Incorporar ao texto único todas as emendas e mudanças já aprovadas e implementadas por mecanismos anteriores;
- c) Considerar a possibilidade de incluir no AACR todas as propostas de emenda em discussão no momento entre a ALA, a Library Association, a LC e a Canadian Library Association; qualquer nova proposta apresentada por estas entidades e pelo British Library; e qualquer proposta de comissões nacionais de outros países em que o AACR fosse adotado;
- d) Suscitar interesse pelo AACR, a nível internacional, facilitando seu uso em outros países além dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Este objetivo final foi reforçado mais tarde quando o Council on Library Resources o estabeleceu como condição para financiar esta edição, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação.

A partir do encontro em Copenhague foi criada uma Comissão Executiva Conjunta para a revisão do Código de Catalogação Anglo Americano – Joint Steering Committee for the

Revision of the Anglo American Cataloguing Rules (JSCAACR), no ano de 1975 em uma reunião com a Comissão de Catalogação da IFLA, a JSCAACR propôs uma revisão do código AACR, resultando no AACR2 em 1978, propondo também a criação de uma General International Standard Bibliographic Description /Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (Geral) (ISBD (G)), que contemplasse diversos formatos de materiais presentes nas coleções das bibliotecas, dando ênfase à pontuação que precede cada informação – campo de descrição bibliográfica.

Quatro grandes bibliotecas nacionais (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália) concordaram com os padrões de interpretação e implementação do AACR2, levando em frente o conceito do CBU.

O AACR2 foi traduzido em diversas línguas, inclusive em português, sendo o primeiro código de catalogação aceito internacionalmente e largamente utilizado no Brasil.

6 UM DIALÓGO ENTRE ISBD, FRBR, MARC, RDA E DUBLIN CORE

O documento da International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications (ISBD(M)), publicado pela IFLA em 1971, sistematizava a ordem das informações bibliográficas, identificando elementos, dando ordem a eles e utilizando uma seqüência de pontuações padronizadas para melhor identificação dos elementos descritivos. Outros documentos foram surgindo para contemplar diferentes tipos de suportes. As ISBD's existentes são:

- a) ISBD(M): International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications, para monografias, publicada em 1971, com a publicação do texto revisto como “primeira edição normalizada” em 1974.
- b) ISBD(S): International Standard Bibliographic Description for Serials, para publicações seriadas, publicada em 1974. Alterado para ISBD(CR).
- c) ISBD(CM): International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials, para materiais cartográficos, publicada em 1977.
- d) ISBD(G): General International Standard Bibliographic Description. Contém as regras gerais aplicáveis a todas outras ISBD, publicada em 1977.
- e) ISBD(NBM): International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials, para materiais não livros, conceituados como os materiais visuais em duas dimensões, publicada em 1977.
- f) ISBD(A): International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian), para monografias anteriores a 1801, publicada em 1980.
- g) ISBD(PM): International Standard Bibliographic Description for Printed Music, para partituras musicais, publicada em 1980.
- h) ISBD(CF): International Standard Bibliographic Description for Computer Files, para arquivos legíveis por computadores, publicada em 1986. Alterada para ISBD (ER).
- i) ISBD(CR): International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources, para recursos contínuos, inclusive periódicos, publicada em 1995.
- j) ISBD(ER): International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources, para recursos eletrônicos, publicada 1997.

O **FRBR** “é um modelo conceitual cujo principal propósito é melhorar os registros de catalogação (um produto), a catalogação (um processo) e os catálogos (uma tecnologia)”.

(CARLYLE, 2006 apud MORENO, 2009, p.54). Por ele ser um modelo conceitual, o FRBR não é um código de catalogação e não descreve a forma de apresentação dos elementos descritivos.

O FRBR usa uma metodologia baseada na técnica conhecida como, modelo **Entidade-Relacionamento**. Essa técnica, surgiu na Ciência da Computação, é utilizada para a modelagem de dados para a construção de bancos e bases.

O FRBR são um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento com três elementos: entidades, atributos, relacionamentos. (Moreno, 2006)

As entidades descritas pelos FRBR são divididas em três grupos:

- Grupo 1 – produtos de trabalho intelectual ou artístico: Obra, Expressão, Manifestação e Item
- Grupo 2 – responsável pelo conteúdo, produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo: Pessoa e Entidade Coletiva
- Grupo 3 – servem como assuntos de uma obra: Conceito, Objeto, Evento e Lugar.

Os atributos são os conjuntos de características associadas às entidades, que podem ser:

- Inerentes – características físicas e informações obtidas no documento
- Externos – características não contidas no documento

Os relacionamentos representam os vínculos entre entidades, tendo como foco as tarefas do usuário.

Os FRBR foram definidos de acordo com as tarefas genéricas realizadas pelos usuários, com o propósito de atender suas necessidades informacionais, são chamadas de user tasks:

- a) Uso dos dados para encontrar materiais que correspondam aos critérios estabelecidos para a busca do usuário;
- b) Uso dos dados recuperados para identificar uma entidade;
- c) Uso dos dados para selecionar uma entidade adequada às necessidades do usuário,
- d) Uso dos dados para encomendar, adquirir, ou obter acesso à entidade descrita (IFLA, 1998 apud MORENO; ARELLANO, 2005, p.25).

Estas tarefas tem o objetivo de fazer o usuário encontrar, organizar e escolher um determinado documento. Para Moreno (2009):

A ideia do modelo, portanto, é uma reorganização da informação presente nos registros bibliográficos, de acordo com o entendimento que estes devem servir ao usuário final, fornecendo meios para a descoberta do universo bibliográfico onde se

insere um determinado autor, suas obras e outros recursos de informação relacionados.

A LC, em 1960, deu início a um projeto para o intercâmbio de informações padronizadas, denominado formato MARC. Segundo Barbosa (1978, p. 199) formato é o:

[...] Método de organizar dados, de tal forma que um registro bibliográfico e os dados nele contidos possam ser identificados pelo computador. A existência de um formato é essencial para a catalogação legível por computador.

O projeto piloto da LC distribuía os registros às bibliotecas participantes da catalogação cooperativa e teve resultados como:

- a) um formato padrão para o intercâmbio de todas as formas de dados bibliográficos;
- b) um conjunto generalizado de programas para a criação de registros bibliográficos em forma legível por computador na Library of Congress e;
- c) o desenvolvimento de um serviço de distribuição para tais registros (BARBOSA, 1978, p. 199).

Segundo Barbosa (1978, p. 199) o projeto resultou em:

- a) Um formato padrão para intercâmbio de todas as formas de dados bibliográficos;
- b) Um conjunto generalizado de programas para a criação de registros bibliográficos em forma legível por computadores na LC.
- c) O desenvolvimento de um serviço de distribuição para tais registros.

O registro inclui, segundo Porto e Pinto (2004, p. 211):

- a) Descrição do documento;
- b) Entradas principais e secundárias;
- c) Cabeçalhos de assunto,
- d) Classificação ou número de entrada.

A finalidade do formato MARC era proporcionar um registro bibliográfico central para o uso da LC, proporcionar uma base de dados para os serviços bibliográficos norte-americanos e fornecer à comunidade internacional informações bibliográficas. (BARBOSA, 1978).

O formato MARC e o código de catalogação AACR2 se completam. O AACR serve como padrão externo para inserir conteúdo no formato MARC. As áreas do AACR contemplam os campos do MARC.

A implantação do projeto se deu a partir de dezesseis bibliotecas, as quais foram selecionadas por características peculiares que cada uma tinham relacionadas, como: natureza, localização geográfica, disponibilidade de pessoal, equipamentos e orçamento. O projeto estava inicialmente marcado para terminar em 1967, mas acabou sendo prorrogado até 1968. Os resultados deste projeto foram segundo Barbosa (1978, p. 203):

- a) distribuição aproximada de 50.000 registros (livros em língua inglesa) legíveis em computador;
- b) conhecimento, em profundidade, dos procedimentos necessários para converter dados catalográficos em forma legível em computador resultando em:
 - planejamento de uma estrutura de formato (MARCII), capaz de conter informações bibliográficas para todos os tipos de material (livros, publicações seriadas, mapas, música, etc.);
 - planejamento de um conjunto ampliado de caracteres para os alfabetos das línguas românicas, e formas romanizadas para os alfabetos das línguas não-românicas;
- c) grande interesse despertado, entre os responsáveis pela “British National Bibliography” (BNB), em desenvolver um projeto piloto MARC para o Reino Unido e, entre os bibliotecários de outros países, quanto à necessidade de um formato padrão para intercâmbio de dados bibliográficos, entre várias organizações. Estes acontecimentos exerceram profunda influência no planejamento do formato MARCII.

Após uma extensa análise sobre os resultados da implantação do MARC foi elaborado o MARCII contendo três elementos: estrutura, designadores de conteúdo e conteúdo bibliográfico. Tem como norma International Organization for Standardization (ISO)2709/1996.

Pelo fato do formato MARC II ser adotado pela ISO como padrão internacional, induziu vários países a adotá-lo na compilação de suas bibliografias nacionais e serviços de catalogação automatizados, surgindo algumas variações, tais como:

- a) USMARC (Estados Unidos);
- b) UKMARC (Reino Unido);
- c) IberMARC (Espanha);
- d) CAN/MARC (Canadá);
- e) MNONOCLE (França);
- f) FINMARC (Finlândia);
- g) CALCO – Catalogação Legível por Computador (no Brasil).

Em meados do final do século XX a British Library (BL), a LC e a National Library of Canadá (NLC), iniciaram uma revisão em seus formatos de intercâmbio, US Machine Readable Cataloging (USMARC), MARCII e Canadian Marc (CAN/MARC) respectivamente, para chegarem em um único formato com a fusão desses dois, publicando em 1999 o MARC21, seguido da sigla o número 21 devido a sua atualização alcançar a sua 21ª versão do formato.

O MARC 21 uniformizou os métodos das instituições organizarem suas informações bibliográficas, evitando que o trabalho ficasse repetitivo e ainda permitiu um compartilhamento dos dados bibliográficos, confiável e previsível. (ALBUQUERQUE, 2006. p.110).

O formato MARC 21 controla diversos materiais, sendo documentos bibliográficos, textuais ou especiais (fotos, filmes, fitas de vídeo, mapas, etc.). Além disso, permite que:

Seja feita a padronização de entrada dos dados, o tratamento e a representação do conteúdo das informações que são requisitos primordiais para a eficiência de um sistema de recuperação da informação a ser disponibilizado. (ALBUQUERQUE, 2006. p.110).

Para Ribeiro e Passos Junior (2002, p.2) um registro MARC consiste de três componentes principais:

- a) Líder – são elementos de dados que fornecem informações básicas sobre o item e as informações necessárias para o processamento do registro;
- b) Diretório – é composto por uma série de entradas que contêm: a etiqueta, o comprimento do campo e a posição inicial de cada campo variável dentro do registro;
- c) Campos Variáveis – os dados de um registro MARC 21 são carregados em forma de campos que podem variar no comprimento, cada um é identificado por uma etiqueta formada por três caracteres numéricos que são armazenados na entrada do campo.

Temos no Quadro 2 uma representação de como estão descritos os campos básicos do formato MARC 21.

Quadro 3 – Campos básicos do MARC21

<i>Campos</i>	<i>Descrição</i>
0XX	Informações de controle, números e códigos
1XX	Autoria (nome pessoal, entidade, evento)
2XX	Títulos, edição, imprensa
3XX	Descrição física
4XX	Série
5XX	Notas
6XX	Entradas de assunto
7XX	Entradas secundárias (nome pessoal, entidade, evento, título)
8XX	Entradas secundárias de série
9XX	Uso local

Fonte: Alves e Souza, 2007, p. 23.

O formato MARC 21 é o mais utilizado pelos profissionais da área de biblioteconomia, portanto o maior volume de descrições bibliográficas e catalográficas disponíveis atualmente estão no formato MARC 21. E este na versão XML é muito superior em relação à capacidade descritiva.

Com a utilização da linguagem XML como estrutura para registros do MARC, os programadores conseguem desenvolver ferramentas específicas para criar, manipular e converter dados do formato (MORENO; BRASCHER, 2007). Segundo Moreno e Brascher, 2007, p. 18,

a aplicação da XML em bibliotecas vem aumentando em considerável interesse, desde que se tornou um padrão para a web de impacto universal. Vários projetos exploratórios estão sendo desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, por importantes bibliotecas comprometidas em prover versões em XML de seus registros.

O objetivo maior deste item foi destacar o MARC 21. A versão MARC/XML foi e tem sido objeto de estudo por muitos pesquisadores e não cabe aqui fazer um levantamento extenso deste assunto, isto é, sobre o MARC/XML.

Corroborando nesse sentido Aparecida Neto (2009, 42p.), salienta que o profissional bibliotecário precisou criar formas de controlar os acervos e disponibilizar o acesso aos itens de uma coleção. Um instrumento de pesquisa de um arquivo, ou um catálogo de uma biblioteca nada mais é que descrições de documentos de uma coleção, organizadas com a finalidade de facilitar sua recuperação e acesso, os agora chamados metadados.

Mas afinal, o que são metadados – existem diversas definições para esse termo e esta depende do domínio de sua utilização. Em relação a definição, “dados sobre dados”, Grácio (2002, p.114) alerta que esta definição é muito limitada para o significado de metadados, pois este representa um conceito mais amplo na descrição de informações para busca e

recuperação de informações. O autor apresenta, uma definição de metadados como sendo “um conjunto de elementos que descrevem as informações contidas em um recurso, com o objetivo de possibilitar sua busca e recuperação” (GRÁCIO, 2002, p.114).

Em 1955, na cidade de Dublin, no Estado de Ohio, Estados Unidos, um grupo liderado pela Online Computer Library Center (OCLC), propôs uma padronização de informações sobre os arquivos digitais. Diante das discussões criou-se o Dublin Core (DC), sendo “um conjunto de 15 elementos básicos de descrição documental – eventualmente acrescidos de qualificadores que lhes aumentam o nível de precisão”. (BAPTISTA, 2007, p. 178).

Também Alves e Souza (2007, p. 3) afirmam que “O Dublin Core é um padrão de metadados, composto por 15 elementos, planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos”.

Nesse cenário surge o Dublin Core, que segundo Aparecida Neto (2009, 42.p) surgiu quando:

O profissional bibliotecário precisou criar formas de controlar os acervos e disponibilizar o acesso aos itens de uma coleção. Um instrumento de pesquisa de um arquivo ou um catálogo de uma biblioteca nada mais é que descrições de documentos de uma coleção, organizadas com a finalidade de facilitar sua recuperação e acesso, os agora chamados metadados.

O DC foi formado a partir do formato MARC, e é considerado o mais adequado às bibliotecas, pois é o lugar onde se concentram uma grande quantidade de documentos, sejam eles, físicos, eletrônicos ou virtuais. Para Baptista (2007):

o Dublin Core é um conjunto de metadados, cujo objetivo é facilitar a descoberta de recursos eletrônicos, e suas características são: simplicidade, interoperabilidade semântica, consenso internacional, extensibilidade e modularidade de metadados.

No padrão DC os documentos são considerados como objetos, integrando todos os possíveis tipos de materiais e seu tratamento técnico. Os objetos podem ser: bases de dados, imagens digitais, banco de imagens, textos eletrônicos, vídeos e filmes em formato digital ou não, objeto multimídia, gravações sonoras digitais ou não-digitais. (XAVIER, 2005 apud ALVES; SOUZA, 2007, p. 24-25).

No quadro segue a descrição dos elementos dos metadados do Doblin Core

Quadro 4 – Elementos do Dublin Core

Elementos	Descrição
Título	Nome dado ao recurso
Criador	Entidade originalmente responsável pela criação do conteúdo do recurso
Assunto	Tema do conteúdo do recurso. Pode ser expresso em palavras-chaves e/ou categoria. Recomenda-se o uso de vocabulários controlados
Descrição	Relato do conteúdo do recurso. Exemplos: texto livre, sumário e resumo
Publicador	Entidade responsável por tornar o recurso disponível
Colaborador	Entidade responsável pela contribuição intelectual ao conteúdo do recurso
Data	Data associada a um evento ou ciclo de vida do recurso
Tipo	Natureza ou gênero do conteúdo do recurso. Exemplos: texto, imagem, som, dados, software
Formato	Manifestação física ou digital do recurso. Exemplos: html, pdf, ppt, gif, xls
Identificador	Referência não-ambígua (localizador) para o recurso dentro de dado contexto
Fonte	Referência a um recurso do qual o presente é derivado
Idioma	Língua do conteúdo intelectual do recurso
Relação	Referência para um recurso relacionado
Cobertura	Extensão ou escopo do conteúdo do recurso; pode ser temporal e espacial
Direitos autorais	Informação sobre os direitos assegurados dentro e sobre o recurso

Fonte: Alves e Souza, 2007, p. 22.

Isso posto ressaltamos que o AACR2 foi criado para suprir as necessidades dos catálogos impressos mesmo diante dessa premissa as suas atualizações têm atendido as necessidades das unidades de informação quanto à descrição dos mais diferentes tipos de materiais existentes no acervo de qualquer unidade de informação. Porém, a necessidade de alterações é contínua na forma de descrever os materiais, em virtude de novos suportes da informação que surgem constantemente. Baptista (2008, p.2) afirma que:

reconhece-se a popularidade e a funcionalidade das AACR2 no contexto da biblioteca [ou qualquer unidade de informação(acréscimo nosso)], o que de certa forma suscita resistências quanto a uma mudança radical que venha a demandar um esforço extraordinário de adaptação por parte de todos aqueles que se sentem confortáveis na aplicação de critérios e instruções contidos nesse código. Por outro lado, tem-se a clara consciência de que tais regras tornaram-se insuficientes para a descrição e recuperação de recursos típicos do ambiente da informação eletrônica, que nos dias de hoje extrapolam o ambiente e as práticas tradicionais de biblioteca, voltadas essas, em sua maior parte, para materiais impressos e cujas fontes de informação e/ou pontos de acesso se constituem em elementos previsíveis e estáticos, como é, por exemplo, o caso da folha de rosto, do colofão, de autor e título, etc.

Silva (2008) destaca que o AACR2 parece não conseguir dar sustentação eficiente aos catalogadores. A sua estrutura carece de ser extensível o suficiente para acomodar os novos e multivariados tipos de recursos de informação. O seu próprio modelo de revisão e atualização pouco contribui para melhorar o seu desempenho diante das inovações

tecnológicas contínuas. O código contempla muitas regras restritivas e incompatíveis com o novo cenário digital e profusão tecnológica.

Começaram então a surgir discussões promovida diante do grande número de recursos informacionais em meio digital, de novos formatos e novas tecnologias pelo próprio JSC, de desenvolver uma nova ferramenta que substitua o AACR2. O novo código foi publicado em 1998 com o nome de *Resources Description and Access* (RDA) que foi criado para atender às exigências atuais.

Então foi pensado como projeto inicial a atualização para a AACR3, porém com a revisão, perceberam a necessidade de criar um novo código “com objetivo de criar um esquema flexível para descrever todos os recursos: analógicos e digitais” (SILVA, 2008, p.3). Este código tinha o objetivo de contemplar:

[...] modelos multinacionais de conteúdos a fim de fornecer descrições bibliográficas e acesso que abriguem todos os tipos de informação, incluindo meios emergentes, audiovisuais, objetos tridimensionais, etc. [...]. Será aplicado não apenas a bibliotecas, como a museus, arquivos, galerias e fontes de informação digitalizadas disponíveis na *Web*. O AACR3 irá englobar o conjunto de princípios e regras internacionais para catalogação denominado FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*) para controle das fontes autorizadas (TSENG, 2005, p. 01).

Esse código novo código surge a partir dos pontos positivos do AACR2 e seu foco está voltado às necessidades dos usuários, o RDA consegue focar a informação necessária para descrever um recurso e os bibliotecários podem usar o conteúdo do RDA com modelos de registro de dados, como por exemplo, o MARC21 ou *Dublin Core*.

Esta norma estabelece um padrão para a descrição e o acesso dos recursos informacionais, pensado para o ambiente digital, contém um conjunto de normas e instruções que dão conta de todos os tipos de conteúdo e mídias, que vão daqueles que podem ser descritos como simples e aqueles para os complicados ou que necessitam de maiores detalhes permitindo ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter a informação desejada de forma mais eficiente. Ele fora construído sobre o modelo conceitual desenvolvidos pela IFLA, os FRBR, o RDA oferece meios para a catalogação, tanto dos recursos digitais como dos analógicos.

Para Fusco (2008) o RDA pode proporcionar uma maior eficiência na catalogação de formatos pouco conhecidos, uma vez que a ferramenta online pode recuperar todas as regras necessárias ao item que esteja sendo catalogado.

A JSC¹ destaca que as instruções gerais sobre os aspectos básicos de descrição de recursos e de acesso que são aplicáveis a todos os tipos de recursos serão formuladas em termos claros, concisos, fornecendo, ainda, instruções mais detalhadas aplicáveis a determinados tipos de conteúdo, meios e modos de emissão.

O uso de códigos como o RDA padroniza a informação fato de uma forma de para a realização de uma determinada tarefa. Todo código que emerge na superfície da catalogação tem como base os anteriores. Os códigos de catalogação têm o poder de facilitar a construção da representação de documentos para a criação de bases de dados e catálogos.

¹ <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/>

7 CARTOGRAFIA DA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NO BRASIL

Todas as iniciativas para a elaboração de um código de catalogação brasileiro não obtiveram sucesso.

Jorge Duarte Ribeiro, em 1934, elaborou um trabalho denominado “Regras bibliográficas (ensaios de consolidação)”, não propriamente um código mas uma tentativa de normalização das entradas de nomes pessoais.

Regras gerais de catalogação e redação de fichas foram apresentadas, em 1941 pela Associação Paulista de Bibliotecários (APB) e, aprovadas pelo Conselho Bibliotecário do Estado de São Paulo. Naquele ano, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) nomeou uma Comissão composta por pessoas do próprio DASP, do Instituto Nacional do Livro (INL) e da Biblioteca Nacional (BN), para a elaboração das Normas para organização de um catálogo dicionário de livros e periódicos (Projeto de um Código de Catalogação), publicado em 1943. Estes trabalhos não foram adotados em nenhuma biblioteca pelo fato de que parte dos bibliotecários estavam acostumados a usar o Código da Vaticana que teve a tradução de sua segunda edição em 1962, e o Código da ALA.

Fatos como: a criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o acontecimento do Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia em Recife, fizeram com que novamente se pensasse nos assuntos “códigos de catalogação” e “nomes brasileiros.”

Edson Nery da Fonseca apresentou neste evento o trabalho “Normas brasileiras de catalogação, entrada de autores coletivos e nomes brasileiros”, abordando o assunto que era e, ainda continua sendo de difícil entendimento por parte de bibliotecários catalogadores.

Algumas recomendações deste evento foram:

- a) Criação de um código de catalogação brasileiro;
- b) Organização, pelo Instituto Nacional do Livro, de uma comissão de bibliotecários formada, de preferência, por professores de catalogação e por catalogadores experientes;
- c) escolha da entrada de nomes brasileiros e portugueses de acordo com o critério universalmente aceito de respeitar-se a vontade do autor, o uso local e a tradição literária. (BARBOSA, 1978, p. 59).

8 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

8.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Carateriza-se como uma **netnográfica** que segundo TAFARELO (2013) é utilizada para análise e pesquisa dentro do mundo virtual da Internet, sem deslocamento de campo, sem observação através do olhar. A observação se restringe ao acesso pelo computador no mundo virtual da Internet, em uma determinada comunidade ou em um determinado grupo. Pesquisa utilizada para mapear os perfis dos cursos de biblioteconomia no Brasil, a fim de conseguirmos subsídios para alcançar os objetivos propostos. Esse tipo de pesquisa vem ganhado força nos últimos quinze anos, sendo utilizada em conjunto com as pesquisas presenciais. No caso em pauta recorreremos aos procedimentos sistemáticos *nos sites e em blogs das universidades públicas que ofertam o curso de Biblioteconomia no Brasil*. Para isso criamos um quadro discriminando as disciplinas de catalogação pelas universidades públicas no Brasil.

8.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

No que diz respeito aos procedimentos técnicos pode ser considerada uma pesquisa **bibliográfica**, por partir de material já publicado, constituído de livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e material disponibilizado na internet.

Quanto aos objetivos traçados, se classifica como **exploratória**, por proporcionar maior familiaridade com o problema (fenômeno a ser investigado), com vistas a torná-lo mais explícito, visando o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

8.3 PROCEDIMENTO DA COLETA DOS DADOS

Os procedimentos metodológicos são o recurso que tomamos como base para o entendimento de como estudar um determinado elemento e podemos desenvolver um trabalho acadêmico, ou científico. Esse percurso, por assim dizer é um conjunto de etapas sistematicamente organizada a serem vencidas no desenvolvimento da pesquisa para atingir seus objetivos.

Mas afinal, o que é uma pesquisa? Segundo Gil (2002, p.17) podemos definir “pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem o objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Posto isso, para que os objetivos serem alcançados, procedimentos sistemáticos nos sites das universidades que ofertam o curso de Biblioteconomia, a fim de obtermos as informações necessárias para realizarmos a pesquisa, ou seja, informações pertinentes a disciplina representação descritiva da informação.

Apontado os procedimentos, tratamos de descrevê-los a seguir, porquanto essa variedade de fontes de dados nos forneceu informações aprofundadas e permitiu a clarificação do fenômeno estudado, como foi possível observar na consolidação dos itens que tratam desse assunto.

Quadro 5 – Ementas e conteúdos de Representação Descritiva

Universidade	Carga horária	Disciplina	Ementa
Centro-oeste			
UNB	60	Catálogo	Catálogo: conceito, objetivos, evolução histórica, panorama atual, sistemas informatizados. Catálogo e controle bibliográfico universal. O documento e sua representação. Registros catalográficos: terminologia e campos. Instrumentos e aplicação de normas vigentes da catálogos descritiva e de escolha e formas de entrada. O Código de Catálogo Anglo-Americano, 2.ed. revista.
	Indisponível	Organização e tratamento de materiais especiais (optativa)	Materiais especiais (multimeios): definições, tipologia e terminologia. Panorama atual. Descrição e registros catalográficos: terminologia e campos; áreas e elementos. Uso de normas, padrões e formatos de descrição. Determinação de pontos de acesso. Noções gerais de organização e tratamento. Coleções e catálogos.
UFMT	60	Representação Descritiva I	Catálogo: conceito, objetivos, evolução histórica, panorama atual, sistemas informatizados. Da catálogos à descrição bibliográfica. Códigos de catálogos (CCAA/AACR2). Regras para descrição. História e evolução da representação descritiva
	90	Representação Descritiva II	O documento e sua representação. Remissivas, apêndices e índices. Formas de cabeçalhos para nomes geográficos. Cabeçalhos para entidades coletivas. Descrição bibliográfica de publicações seriadas e materiais seriados. Catálogo cooperativa. Projeto

			MARC. Projeto CALCO. Práticas de catalogação
UFG	Indisponível	Representação Descritiva I	Evolução e teorias da representação descritiva. Tipologia dos documentos. Leitura técnica do documento. Catálogos de biblioteca conceituação, funções, tipos, fluxos de catalogação. Formas de entradas autores, entidades coletivas, nomes geográficos e títulos uniformes. Listas de cabeçalhos de assunto.
	Indisponível	Representação Descritiva II	Origem e evolução dos códigos de catalogação. Aspectos teóricos da representação descritiva. Padrões e normas da representação descritiva. Catalogação e Controle Bibliográfico Universal. Formatos para automação da catalogação.
Norte			
UNIR	Indisponível	Catalogação I	História e evolução das teorias da representação descritiva. Tipologia dos documentos. Leitura técnica do documento. Origem e evolução dos catálogos de biblioteca: conceituação, funções, tipos, fluxos de catalogação. Código de catalogação AACR2: formas de entradas autores, entidades coletivas, nomes geográficos e títulos uniformes. Listas de cabeçalhos de assunto.
	Indisponível	Catalogação II	Padrões e normas da representação descritiva. Notação de autor: uso do CUTTER e Tabela PHA. Catalogação e Controle Bibliográfico Universal. Formatos para automação e intercâmbio da catalogação. Base para implementação de sistemas informatizados CALCO, OCLC e outros. Redes de catalogação cooperativa.
UFAM	60	Representação Descritiva De Documentos I	Códigos e normas de catalogação. Programas de catalogação. Padrões e formatos de descrição para intercâmbio. Catálogos. Representação descritiva de livros, folhetos e folhas soltas impressas.
	60	Representação Descritiva De Documentos II	Estudo teórico e prático dos pontos de acesso aos recursos informacionais, segundo o Anglo American Cataloguing Rules (AACR2R) e a Resource Description and Access (RDA).

UFPA	Indisponível	Representação Descritiva I	Objetivos da Representação Descritiva de Documentos. Etapas da catalogação e Padrões Internacionais. Representação de documentos: leitura técnica, normas e organização da descrição bibliográfica. Manuseio e aplicação do Código de Catalogação Anglo-Americano: regras gerais e especiais; identificação/determinação dos pontos de acesso. Catálogos de Bibliotecas e de Centros de documentação: conceitos, funções e tipos.
	Indisponível	Representação Descritiva II	Cabeçalhos para pessoas e entidades; Legislação; Controle bibliográfico universal; Formatos de intercâmbio: IBICT, CALCO, MARC, UNISIST etc.; Redes de catalogação cooperativa; Sistemas automatizados de catalogação. On-line Public Access Catalogs – OPACs (Catálogo online): histórico, principais recursos, estrutura; Metadados; Dublin Core; Arquivos abertos; Conversão retrospectiva.
	Indisponível	Representação Descritiva III	Multimeios: definição, tipos e características. Processamento e organização de multimeios. Aplicação de normas vigentes da catalogação descritiva e de escolha e formas de entrada. O Código de Catalogação Anglo-Americano, 2.ed. Revista (CCAA/AACR2).
Nordeste			
UFMA	60	Representação Descritiva I	Catalogação: conceitos, objetivos e histórico. Estudo do Anglo-American Cataloguing Rules, 2ª edição. (AACR2). Descrição e determinação das entradas principal e secundárias de livros, folhetos e folhas soltas impressas. Catálogos: elaboração.
	60	Representação Descritiva II	Descrição e determinação das entradas de materiais especiais e eletrônico. Catalogação cooperativa e centralizada.
UFRN	60	Representação Descritiva I	Catalogação: conceito, objetivos, panorama atual, sistemas automatizados. O livro e a descrição bibliográfica. Registros catalográficos: nível bibliográfico, terminologia e campos. Catálogo de bibliotecas e centro de documentação: conceitos, funções e estrutura. Código de catalogação:

			AACR
	60	Representação Descritiva II	Materiais especiais (multimeios): definições, conceitos, tipologia, características. Panorama atual. Descrição e registros catalográficos: nível terminologia e campos. Código de catalogação (AACR2). Noções gerais de organizações e tratamento. Coleções e catálogos
	60	Representação Descritiva III	Gestão do tratamento técnico da coleção e materiais especiais: padrões e formatos de intercâmbio para a catalogação e bases de dados; atividades de tratamento técnico e preventivo para acessibilidade e disponibilidade da informação; estudo das mudanças da representação descritiva com o advento da tecnologia em rede.
UFAL	60	Representação Descritiva I	Processamento dos diversos tipos de materiais bibliográficos. Catálogos: conceituações e funções. Códigos de catalogação. Sistemas automatizados de catalogação. Descrição física, organização, tratamento e conservação de materiais especiais
	60	Representação Descritiva II	Apresenta as redes bibliográficas nacionais e internacionais, a catalogação copiada, as redes de cooperação e os formatos de intercâmbio. Aplica a descrição de diferentes suportes utilizando a estrutura de um formato de intercâmbio
UFPB	90	Representação Descritiva I	Evolução histórica, objetivos, princípios e panorama atual da catalogação. Catalogação no Programa de Controle Bibliográfico Universal (CBU). Código de Catalogação Anglo Americano (AACR-2r). Pontos de acesso. Representação descritiva de documentos impressos. Sistemas Automatização de catalogação. Notação de autor.
	60	Representação Descritiva II	Catalogação de recursos contínuos e de materiais especiais: tipos, características. Organização e tratamento.
UFPE	60	Representação Descritiva I	AACR2: histórico, princípios para descrição, escolha e formulação de entradas principais e secundárias. Catálogos e sistemas automatizados de catalogação.
	60	Representação Descritiva II	Materiais especiais: definição, tipologia e terminologia. AACR2: áreas e elementos. Pontos de acesso

			principal e secundário. Catálogos e sistemas automatizados de catalogação.
UESPI	60	Catalogação I	Indisponível
	60	Catalogação II	Indisponível
	60	Catalogação III	Indisponível
UFBA	102	Catalogação I – Publicações	Catalogação: conceituação, histórico e objetivos. Estudo dos pontos de acesso de publicações monográficas e seriadas. Descrição bibliográfica ISBD(M) e ISBS(S). Elaboração de fichas catalográficas. Controle Bibliográfico Universal e seus padrões. Sistemas computadorizados e formatação.
	68	Catalogação II - Materiais Especiais	Estudo dos vários tipos de multimeios, objetivando sua disseminação e uso através dos catálogos – Descrição bibliográfica dos multimeios – ISBDS – Entrada de dados. Estudo de cada ISBD apropriada ao tipo de material.
UFC	64	Representação Descritiva da Informação I	Indisponível
	64	Representação Descritiva da Informação II	Indisponível
UFCA	64	Representação Descritiva I	Indisponível
	64	Representação Descritiva II	Indisponível
UFS	60	Introdução à Representação Descritiva I	Introdução à representação descritiva dos registros de informação, nos modelos consagrados e nos novos modelos de ambientes informacionais digitais.
	60	Representação Descritiva I	Estudo e prática do código de catalogação - AACR2.
	60	Representação Descritiva II	Estudo e prática do código de catalogação – outras linguagens (FRBR,RDA).
	60	Formato de intercâmbio marc 21 (optativa)	Estruturas automatizadas de descrição bibliográfica, metadados, padrões de metadados. Automação de unidades de informação.
Sul			

UEL	68	Representação Descritiva I	História e evolução da catalogação. O Código de Catalogação Anglo Americano 2.ed. (AACR2). Descrição bibliográfica de material impresso e multimeios.
	68	Representação Descritiva II	Código de Catalogação Anglo Americano 2.ed. (AACR2). Estudo teórico-prático dos pontos de acesso para nomes pessoais e coletivos. Uso de títulos uniformes.
	Indisponível	Tratamento de Multimeios (optativa)	O Código de Catalogação Anglo Americano (CCAA). Regras Específicas para a descrição de materiais não convencionais.
UDESC	75	Representação Descritiva I	História e evolução da representação descritiva. O controle bibliográfico e padrões internacionais. Catálogos de bibliotecas: conceituação, funções, tipos. Representação de documentos: leitura técnica e normas de descrição bibliográfica. Código de catalogação AACR2.
	60	Representação Descritiva II	Código de catalogação AACR2: entradas e cabeçalhos, regras gerais e especiais. Tratamento de material multimeios e multimídia: leitura técnica e representação descritiva.
	45	Representação Descritiva III	Formatos de intercâmbio. Bases para implementação de sistemas informatizados. Redes de catalogação cooperativa. Metadados. Dublin Core. Conversão Retrospectiva. Automação de representação descritiva dos documentos.
FURG	45	Fundamentos de Representação Descritiva	Fundamentos da representação descritiva. A representação bibliográfica em relação ao usuário. A representação e a tecnologia. A representação na Internet. Os catálogos: definições e funções. Breve histórico da Catalogação. Catalogação cooperativa. Catalogação na fonte. Os códigos de catalogação: CCAA2. A prática da catalogação e suas etapas. Leitura técnica dos itens.
	45	Representação Descritiva I	Estrutura da descrição. Sistemas de pontuação. Níveis da descrição. Fontes de informação para catalogação. Regras básicas de catalogação descritiva para todos os tipos de materiais. Os pontos de acesso: autores pessoais, entidades. Nomes geográficos e títulos uniformes.

	45	Representação Descritiva II	O código de catalogação Anglo-Americano (CCAA2). A representação e as áreas da descrição para recursos eletrônicos, contínuos e multimídia.
	30	Tópicos especiais em representação descritiva (optativa)	Estudos de temas emergentes que permitam atualização de conteúdos e atendimento dos interesses dos educandos
	30	Prática em Representação Descritiva (optativa)	Prática em representação descritiva e prática de catalogação
UFRGS	60	Representação Descritiva I	Conceitos, princípios, etapas, padrões da representação descritiva dos registros informacionais. Prática de representação descritiva: descrição e pontos de acesso de responsabilidade pessoal; dados de localização
	60	Representação Descritiva II	Princípios e práticas de representação descritiva: descrição e pontos de acesso de responsabilidade coletiva; pontos de acesso para títulos. Formatos de intercâmbio.
	45	Representação Descritiva C	Sistemas de catálogos manuais e informatizados. Formatos de intercâmbio. Políticas para tratamento da informação.
UFSC	40	Introdução a Representação Descritiva	Aspectos teóricos, metodológicos e princípios norteadores da representação descritiva. Elementos, níveis e instrumentos de pesquisa da representação descritiva. Normas e padrões da representação descritiva e suas aplicações nos recursos informacionais
	60	Representação Descritiva I	Códigos e normas de catalogação. Programas de catalogação. Padrões e formatos de descrição para intercâmbio. Catálogos. Representação descritiva de livros, folhetos e folhas soltas impressas.
	60	Representação Descritiva II	Estudo teórico e prático dos pontos de acesso aos recursos informacionais, segundo o Anglo American Cataloguing Rules (AACR2R) e a Resource Description and Access (RDA).
Sudeste			
UFSCAR	60	Catalogação I	Teoria da representação bibliográfica. Princípios internacionais de catalogação. Requisitos funcionais para registros bibliográficos. Regras internacionais para a descrição bibliográfica: ISBDs e AACR. Catálogo e catálogos em linha.

			Pontos de acesso ao registro bibliográfico e remissivas.
	60	Catálogo II	registros bibliográficos de livros, folhetos, materiais cartográficos, manuscritos, música, gravação de som, filmes cinematográficos e gravações de vídeo, materiais gráficos, artefatos tridimensionais e realia, recursos eletrônicos, microformas, recursos contínuos e analíticos.
	60	Catálogo III	Formatos internacionalmente conhecidos para a representação bibliográfica. Formato MARC21 Bibliográfico, Autoridade, Comunidade, Coleção e Classificação. Formato MARC21 Bibliográfico. Dublin Core.
USP	90	Representação Descritiva I	Tipologia documental: características, estrutura e definição. Catálogos e fichários: apresentação do material, organização e estrutura, tipos de catálogos. Controle Bibliográfico Universal. A conferência de Paris e os princípios descritivos. ISBD. Descrição bibliográfica. Código AACR2: Histórico, descrição, entradas principais e secundárias, níveis de descrição, capítulos. Outros códigos de descrição bibliográfica
	90	Representação Descritiva II	Indisponível
UFF	60	Normas e Padrões de Tratamento e Recuperação da Informação	Princípios de catalogística; apresentação histórica e conceitual das normas e padrões de descrição utilizados no tratamento e na recuperação da informação; metadados.
	60	Laboratório de Representação Descritiva de Documentos	Estudo aplicado da análise e uso de padrões e formatos bibliográficos para o tratamento descritivo de documentos.
UFES	60	Representação Descritiva I	Representação descritiva: catalogação e referência bibliográfica de monografias e periódicos. Controle bibliográfico universal (CBU). Catálogos de bibliotecas. Sistemas automatizados de catalogação.
	45	Representação Descritiva II	Multimeios: seleção e aquisição, processamento, armazenagem e empréstimo
UFRJ	45	Representação Descritiva I	Princípios de Catalogação. Conceitos de autoria e entrada principal. Catálogos: funções, tipos e formas. Controle bibliográfico

			universal. Códigos de catalogação. Padrões internacionais de descrição bibliográfica. Entradas secundárias. Tabelas de notação de autor.
	45	Representação Descritiva II	Identificação e catalogação dos diferentes tipos de materiais e suportes. Catalogação cooperativa e sua evolução. Formatos de intercâmbio e suas estruturas. Redes de informação. Catálogos em linha. Conversão retrospectiva de registros catalográficos (importação e exportação de dados).
UNIRIO	60	Representação Descritiva I	A história dos catálogos e da catalogação. Estudo dos tipos, formatos e funções do catálogo. Apresentação da representação descritiva nos formatos manual e automatizado. Estudo dos princípios, dos códigos de catalogação e apresentação da estrutura do código de catalogação vigente.
	60	Representação Descritiva II	Detalhamento do código de catalogação vigente, partindo da análise e aplicação das regras gerais de descrição com foco na descrição de livros e folhetos, assim como os pontos de acesso e a construção de cabeçalhos para pessoas e entidades. Aborda também as regras referentes às remissivas.
	60	Representação Descritiva III	Detalhamento do código de catalogação vigente, partindo da análise e aplicação das regras gerais de descrição com foco na descrição de livros e folhetos, assim como os pontos de acesso e a construção de cabeçalhos para entidades e títulos uniformes, e a análise das partes de um documento.
	30	Representação Descritiva IV (optativa)	Elaborar registros e análise de documentos bibliográficos não livro: recursos eletrônicos, periódicos e gravações de som
	30	Representação Descritiva V (optativa)	Elaborar registros e análise de documentos bibliográficos não livro: material cartográfico, materiais gráficos, filmes e gravações de vídeo.

UFMG	Indisponível	Catálogo descritiva	Fundamentos e histórico das normas e formatos de representação descritiva. Instrumentos utilizados na representação descritiva: ISBD, AACR2 e MARC. Formulação de pontos de acesso e controle de autoridade. Tabelas de autor. Construção de catálogos de fichas impressas e catálogos automatizados. Catálogo cooperativa e conversão retrospectiva.
	Indisponível	Representação da informação digital (optativa)	Bibliotecas digitais. Representação do conhecimento no contexto digital. Hipertexto. Categorização, taxonomias e ontologias. A Web semântica. Uso e a adequação de formatos de registro bibliográfico e de normas para tratamento de recursos informacionais da Internet (padrões de metadados).
	Indisponível	Tópicos em catalogação e classificação da informação A, B, C, D (optativa)	Indisponível
PUCAMP	68	Representação Descritiva: Catalogação I	Estudo e aplicação dos paradigmas normativos da representação descritiva de documentos: descrição.
	68	Representação Descritiva: Catalogação II	Estudo e aplicação dos paradigmas normativos da representação descritiva de documentos: descrição.
UNESP	60	Catálogo	Estudo das teorias, princípios, esquemas, estruturas e formatos de descrição de recursos informacionais e acesso. Análise de sistemas e práticas que atendam às necessidades do usuário, de forma prática e ética. Experiência, em nível inicial, com instrumentos e códigos de catalogação para a descrição de metadados e esquemas de codificação, escolha de pontos de acesso e controle de autoridade.
	60	Catálogo Automatizada	Conceituação da catalogação de recursos informacionais em ambientes digitais. Estudo sobre o modelo conceitual para recursos informacionais – FRBR e FRAD. Aplicação prática com MARCXML, Dublin Core na modelagem de catálogos. Importação e exportação de registros em sistemas de gerenciamento de bibliotecas.
	30	Metadados de Objetos	Estudo dos princípios e aplicação de

		Digitais	metadados para a organização de recursos informacionais em rede a partir da concepção de esquemas de metadados específicos para atender as demandas informacionais da comunidade. Instruções sobre a aplicação e implementação de esquemas de metadados. Criação de registros de metadados, analisando o uso de elementos de metadados.
--	--	----------	---

Fonte: Elaboração própria, baseada nas informações dos sites de cada universidade

Independente da nomenclatura dada no quadro 5, todas as disciplinas tratam exclusivamente da catalogação, elas se diferem apenas nas ementas onde são definidos assuntos tratados como o processo histórico, códigos de catalogação, formato para registro de dados bibliográficos e etc.

9 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na busca pelas universidades que oferecem o curso de Biblioteconomia cadastradas no MEC, percebe-se um do total encontrado de 30 cursos em instituições públicas. Durante a coleta de dados também percebemos que todos os cursos pesquisados de Biblioteconomia, que fizeram parte deste estudo, contemplam, em seu currículo, uma ou mais disciplinas, destinadas ao ensino da Catalogação bem como do uso dos instrumentos de trabalho do bibliotecário/catalogador. Algumas instituições não disponibilizaram seus currículos com as respectivas ementas de forma online e estão descritas no quadro 5 como indisponível.

Ressaltamos que em todos os cursos analisados a disciplina de Catalogação, independente da terminologia atribuída é ofertada como obrigatória, o que nos leva a perceber a importância da mesma na formação dos futuros bibliotecários.

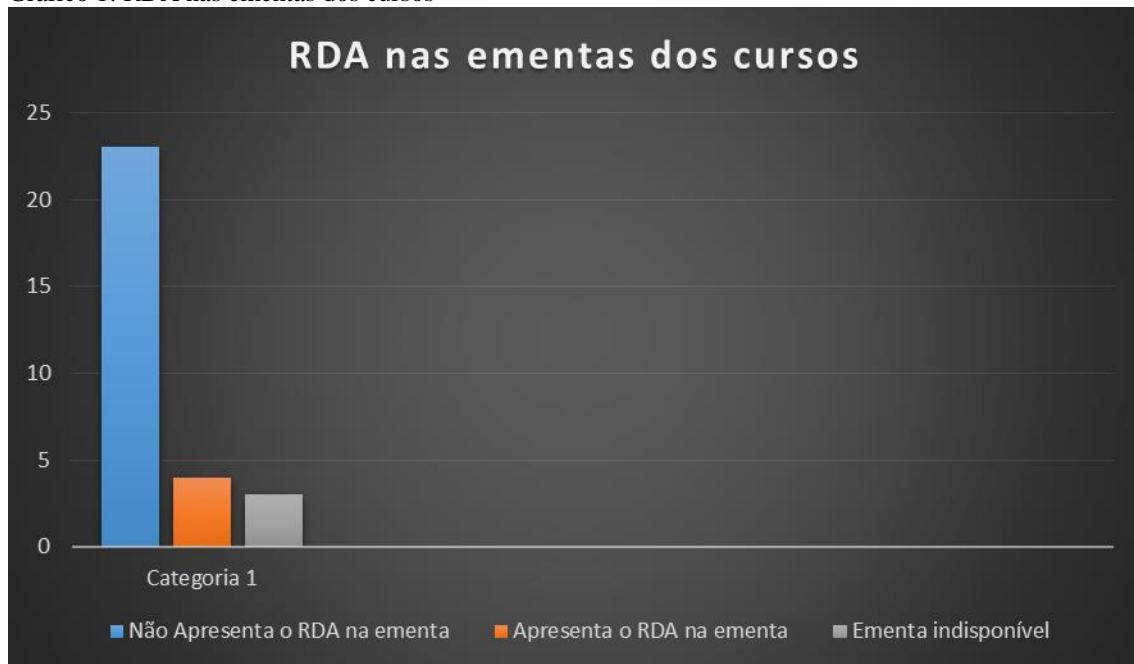
Vimos que a matriz curricular das disciplinas de Catalogação dos cursos de Biblioteconomia contempla, a história dos catálogos e da catalogação. No entanto, poucas dessas disciplinas vê-se a preocupação para a integração aos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos.

Pela análise realizada nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia que fizeram parte deste estudo, observa-se que o ensino da Catalogação está voltado para a produção de registros bibliográficos, para isso utilizam o Código de Catalogação Anglo Americano, segunda edição (AACR2), e construção de registros bibliográficos e catalográficos no formato MARC 21 ou Dublin Core.

Constata-se também que poucos cursos têm em sua matriz curricular disciplinas que contemplem o modelo conceitual FRBR, os formatos de registro de dados MARC21 e Dublin Core a utilização do novo código conhecido como RDA.

Em alguns casos são ofertadas como optativas. Na realidade, não possuem uma disciplina específica, em geral apresentam apenas introduções sobre essas questões e/ ou temáticas/conteúdos. Dos cursos que fizeram parte do estudo, somente os da UFAM, UNESP, UFS e UFSC oferecem disciplinas específicas que tratam do RDA e dos modelos conceituais, mas todos têm Catalogação Automatizada em seu currículo.

Gráfico 1: RDA nas ementas dos cursos



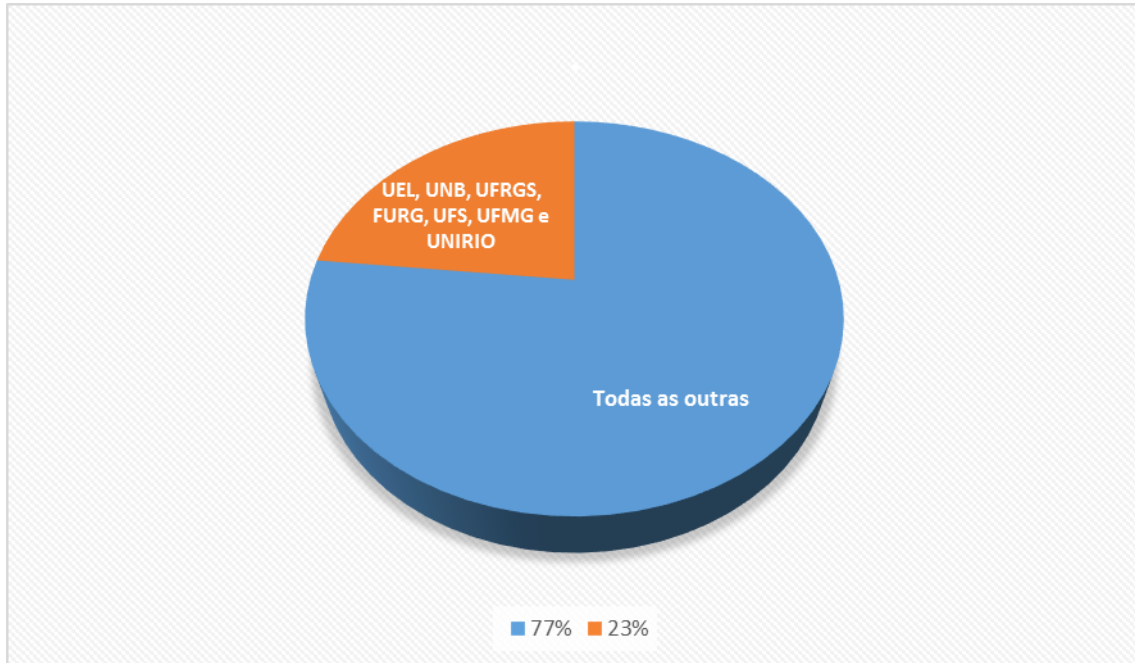
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à carga horária da disciplina, não existe uma definição da quantidade de horas para o ensino da Catalogação, pois fica a critério das instituições. Mey e Moreno (2012) consideram a carga horária ideal para o ensino da Catalogação, como sendo de 180h/aula, consideram prejudicial a formação do profissional com a carga horária menor que 120h/aula.

Concordamos com as autoras Mey e Moreno (2012) que uma carga horária inferior a 120h/aula, não é suficiente para a formação dos futuros profissionais, pois não oferece um suporte para o desenvolvimento da disciplina para a sua aplicação nos aspectos histórico-conceituais da catalogação; catálogos: conceitos e funções; formatos de intercâmbio de registros bibliográficos (MARC, Dublin Core e outros) e o uso dos códigos e padrões nacionais e internacionais de catalogação. Os cursos da UNB (60h), UFRJ (105h), UFMG (60h), disponibilizam uma carga horária obrigatória menor.

Constata-se também, que dos cursos que fizeram parte da pesquisa, apenas os da UEL, UNB, UFRGS, FURG, UFS, UFMG e UNIRIO todos eles encontrados nas regiões Sudeste e Sul do país são os que oferecem disciplinas optativas de Catalogação, revelando uma maior preocupação quanto a formação dos bibliotecários.

Gráfico 1: RDA nas ementas dos cursos



Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados coletados e analisados, acredita-se que o ideal do ensino da Catalogação deva ser repensado, do ponto de vista teórico e prático, no que tange à padronização da carga horária estabelecida, a fim de propiciar aos alunos da graduação, uma captação de conteúdo que justifique a ementa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo foi mapear as ementas dos cursos de biblioteconomia no Brasil a fim de compreendermos o processo histórico da catalogação, suas alterações e a contribuição das universidades aos discentes quanto as novas tecnologias e novos métodos de catalogação sendo assim, irá provocar uma discussão acerca dessa temática, dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Essa investigação teve importantes constatações. Entre elas, que o ensino da Catalogação está presente em todos os cursos de Biblioteconomia que foram pesquisados e todos eles oferecem uma ou mais disciplinas de Catalogação; partindo desse ponto podemos afirmar que essa disciplina é encontrada, por ser considerada de importância primordial na formação da profissão de bibliotecário. Nesse sentido, os avanços tecnológicos na área, relativos ao desenvolvimento de novos formatos, padrões, no que diz respeito à Catalogação, ainda é pouco contemplado nas grades curriculares e assim, aponta-se como necessário a reformulação de ementas e/ou inclusão de novas disciplinas específicas que tratem da catalogação e dessas novas práticas catalográficas, mesmo que sejam optativas.

As mudanças curriculares são importantes para manter o bibliotecário pronto para as demandas de sua profissão, tanto no âmbito acadêmico quanto no em seu trabalho cotidiano em unidades de informação, por isso é necessário o acompanhamento dos métodos e as mudanças curriculares.

Nesse sentido, o presente estudo abre caminhos para outras pesquisas que possam contribuir para que a representação descritiva ou catalogação, para que outros bibliotecários tenham a oportunidade de, como profissionais, compreender os processos e transformações que vem ocorrendo em nosso meio. Além disso, nossa pretensão é de que este trabalho também possa dar visibilidade para essa problemática.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)**. Marília, 2006. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

ALVES, M. das D. R.; SOUZA, M. I. F. Um estudo de correspondência de elementos de metadados: Dublin Core e MARC 21. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 20-38, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pt/cib/index.php/pt/cib/article/view/728>>. Acesso em: 19 out. 2016.

APARECIDA NETO, Eliane. **A catalogação diante das tecnologias de informação e comunicação**. UFSC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120220/284514.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 out. 2016.

BAPTISTA, D. M. O impacto dos metadados na representação descritiva. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 177-190, jul./dez/ 2007. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em 22 out. 2016.

_____. **Catálogo: Uma Revolução em Curso**. Em: iIX ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008, São Paulo, SP. **Anais do IX ENANCIB**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3004/2130>>. Acesso em 18 Nov. 2016.

BARBOSA, Alice Príncipe; LIMA, Elza; MAIA, Silvia. **Novos rumos da catalogação**. Rio De Janeiro: BNG/BRASILART, 1978. p. 244.

CAMPELLO, Bernardete Santos; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1997. p. 1- 42.

FUSCO, Elvis. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação: perspectiva de uso dos frbr no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais**. 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103369/fusco_e_dr_mar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002. 176p.

GRÁCIO, J. C. A. **Metadados para a descrição de recursos da Internet: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade**. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2002.

HATSEK, IURI NOIMANN. **RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA): Evolução no conceito da catalogação**. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99191/Iuri_Noimann_Hatsek_TCC_2012.pdf;jsessionid=A1AA89C8F55451589D06C3422B8106F3?sequence=1. Acesso em: 24/03/2016.

MACHADO, A, M, N. **Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética.** São Paulo, 2003. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/up000023.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2016.

MEY, E. S. A. **Introdução À Catalogação.** Brasília. Briquet de Lemos, 1995A. 123P.

MEY, Eliane Serrão Alves; MORENO, Fernanda. Desafios do ensino de catalogação no brasil. In: encontro nacional de catalogação- enacat. Iii eepc,1;3; rio de janeiro,2012. **Anais...** Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/109279226/desafios-do-ensino-de-catalogacao-no-brasil>> Acesso em: 25 set. 2016.

MORENO, F. P. O modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Ci. Inf.**, v.14, n.27, 2009. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewPDFInterstitial/7287/10136>>. Acesso em: 13 out. 2016.

MORENO, F. P.; ARELLANO, M. A. M. Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. Disponível em:<[www.sbu.unicamp.br /seer/ojs /include/getdoc.php?id=209...](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=209...)>. Acesso em: 13 out. 2016.

MORENO, F. P.; BRASCHER, M. MARC, MARXML e FRBR: relações encontradas na literatura. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.17, n.3, p.13-25, set/dez. 2007. Disponível em: <http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/trabs/2008_01.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G.F.; SOUZA, G.T., **Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil**, Informação & Sociedade, v. 19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3754>>. Acesso em: 01 out. 2016.

PEREIRA, A. M.; RIBEIRO JUNIOR, D. I.; NEVES, G. L. C. Metadados para a descrição de recursos da internet: as novas tecnologias desenvolvidas para o padrão Dublin Core e sua utilização. **Rev. ACB**, v. 10, n.1, p. 241-249. jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/414/527>>. Acesso em: 13 out. 2016.

PORTO, P.; PINTO, J.S. **Metadados: modelo de informação para um sistema de informação museológico.** 2004. Disponível em: <[http://www.iadis.net/dl/final_uploads /200405L027.pdf](http://www.iadis.net/dl/final_uploads/200405L027.pdf)> . Acesso em: 20 set. 2016.

RIBEIRO, R. M. R. ; PASSOS JUNIOR, J. F. G. . Catalogação automatizada comercial: padrao Marc 21. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, 2002, Recife. **Anais eletrônico...** Recife: UFPE, 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/122.a.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ROBREDO, J. CUNHA, M. B. da. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação**, 2 ed. São Paulo: Global, 1986.

SANTIAGO, M. C. C. **Metadados para recuperação da informação em ambiente virtual.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós- Graduação em Ciência

da Informação, Universidade Federal de Rio de Janeiro, RJ, 2004. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=25>. Acesso em: 20 set. 2016.

SILVA, J. F. M. O AACR2 não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador. **Infohome**. Coluna, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.ofaj.com.br/colunas conteudo.php?cod=334>>. Acesso em 15 Out. 2016.

SMIRAGLIA, R. P. Further reflections on the nature of *'A Work'*: An introduction. *Cataloging & Classification Quarterly* . v. 33, n. 3/4, p. 1-11, 2002. SVENONIUS, E. *The Intellectual*

VASCONCELOS, Josivan Coêlho dos Santos. **Os currículos dos Cursos de Biblioteconomia do Nordeste frente às Tecnologias da Informação e Comunicação**. 2016. 78 p. Monografia - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

VIEIRA, K. C. **Processamento técnico**: uma perspectiva histórica. 1999. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1999.

TAFARELO, Cláudia Siqueira César. **Análise crítica entre etnografia e netnografia**: métodos de pesquisa empírica. 2013. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Cláudia-Siqueira-César-Tafarelo.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

TSENG, S. C. À procura do sistema de gestão de conhecimentos mais efectivo: entrevista com a Professora Sally C. Tseng, pioneira do sistema Metadata. **Agenda**, jan. 2005. Disponível em: <http://www.library.gov.mo/Newsletter/2005/nl0501p_3.asp>. Acesso em: 22 Nov. 2016.